

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Lance de véspera.....2

O Estado de S. Paulo

Título: TCU retira dois blocos do leilão de petróleo.....8

Folha de S. Paulo

Título: Regra nacional para mercado livre de gás deve sair de projeto do governo 11

Título: TCU retira dois blocos do pré-sal e esvazia leilão de petróleo 13

Correio Braziliense

Título: Santo de casa.../..... 16

Título: TCU tira dois blocos de leilão 16

Título: "Privatização reduzirá tarifas" 18

Valor Econômico

Título: TCU exclui dois principais ativos do leilão de petróleo 20

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Lance de véspera 2

Título: 'É um péssimo sinal para o investidor' 5

Título: Governo já faz plano B para acelerar privatização da Eletrobras..... 6

Título: Poder em Jogo 7

Título: Notas 8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: TCU retira dois blocos do leilão de petróleo.....	8
Título: Novo relatório confirma nível alto de metais tóxicos no Rio Pará	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Regra nacional para mercado livre de gás deve sair de projeto do governo	11
Título: EUA querem rever cota de etanol, diz Fiesp.....	12
Título: TCU retira dois blocos do pré-sal e esvazia leilão de petróleo	13
Título: Light cai 12% após propor aumento de capital	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Santo de casa.../.....	16
Título: TCU tira dois blocos de leilão	16
Título: Lucro de estatais sobe	17
Título: "Privatização reduzirá tarifas"	18
VEÍCULO: Valor Econômico	20
Título: TCU exclui dois principais ativos do leilão de petróleo	20
Título: BNDES amplia prazos e valores e corta o spread no financiamento para energia.....	22
Título: UE abre investigação e eleva pressão sobre aço brasileiro	23
Título: Produção de petróleo da Venezuela segue em queda	25
Título: Mercado reage à mudança em estatuto da Light.....	25
Título: Renova acumula R\$ 2,2 bi em perdas.....	27
Título: Destaques	28
Título: Minério termina março com queda de 20%.....	29
Título: Odebrecht disputa hidrelétrica de US\$ 3 bi na Tanzânia	30
Título: Biosev recebe aporte da LDC e alonga dívida	32

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira, Ramona Ordoñez E Danielle Nogueira

Título: Lance de véspera

TCU tira blocos vizinhos do pré-sal do leilão e reduz arrecadação em pelo menos R\$ 3,55 bi.

Na véspera da 15ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em que serão leiloados blocos fora do pré-sal, o Tribunal de Contas da União (TCU) atrapalhou os planos do governo e retirou do leilão os dois blocos mais valiosos dos 70 previstos.

A medida esvazia o leilão do ponto de vista da arrecadação esperada pelo governo. Juntos, os dois blocos tinham potencial de arrecadação de R\$ 3,55 bilhões, equivalente a 74% da receita total mínima prevista: R\$ 4,8 bilhões. Foi mais um elemento a atrapalhar o certame, que já vinha cercado de dúvidas por causa do impasse no Rio sobre a adesão do estado ao regime de isenção fiscal para investimentos em equipamentos das petroleiras, o Repetro.

A decisão pegou os investidores de surpresa, mas não desanimou o governo, que espera fechar um acordo com o TCU nos próximos dias para que as áreas sejam licitadas até junho. Especialistas, no entanto, têm dúvidas quanto à viabilidade desse processo, já que as eleições podem contaminar as discussões técnicas.

A decisão do TCU foi tomada em um momento de calendário apertado, com incertezas quanto a uma série de privatizações e concessões previstas para 2018, como a da Eletrobras, que engordariam o caixa da União. O governo conta com esses projetos para arrecadar algo em torno de R\$ 17,1 bilhões. Mas há resistências políticas e atrasos, por exemplo, na concessão de aeroportos, de ferrovias e na venda da Lotex.

TCU ESTIMA PERDA DE R\$ 2,377 BI COM CONCESSÃO

O TCU decidiu retirar do leilão os blocos SM- 534 e S-M-645, na Bacia de Santos, por avaliar que sua concessão provocaria uma perda de arrecadação para a União de R\$ 2,377 bilhões. Segundo parecer do órgão de controle, esses blocos — que seriam ofertados por meio do regime de concessão, utilizado na área do pós-sal — estão muito próximos a uma área do pré-sal batizada de Saturno e que será ofertada na 4ª Rodada do Pré-sal, em junho.

Por isso, no entendimento do TCU, os blocos deveriam ser licitados com Saturno. No pré-sal, adota-se outro regime de licitação, o de partilha, com diferentes implicações na remuneração da União. — É um desastre. Por que essa decisão do TCU só agora? A ANP fez seminários técnicos sobre o leilão em janeiro. As empresas investiram nos estudos. Isso cria instabilidade.

Uma eventual perda de arrecadação não é nada diante do estrago diante dos investidores — disse o geólogo Pedro Zalan, da ZAG Consultoria. Pelo marco

regulatório atual, os blocos localizados na área delimitada no litoral entre São Paulo e Espírito Santo chamada de polígono do pré-sal têm de ser licitadas pelo modelo de partilha.

As que ficam fora são licitadas pelo modelo de concessão, a não ser que seja uma área considerada estratégica, com alto potencial de produção, por exemplo. A principal diferença entre os modelos é que, na concessão, a empresa é dona do petróleo e paga o bônus de assinatura ao arrematar o bloco, além de royalties e participações especiais (em campos com elevada produtividade) na fase de produção.

A disputa acontece em torno do bônus, que varia de acordo com os lances. Na partilha, o Estado é o dono do petróleo e divide com a empresa o óleo excedente — o que sobra após o volume usado para cobrir os custos da operação. O critério de desempate no leilão é justamente o percentual do óleo excedente que ficará com o governo, já que o bônus de assinatura é fixo.

“Não está em discussão apenas uma diferença de bônus de assinatura, mas sim uma conjugação de bônus de assinatura, carga fiscal e regime de contratação. Ou seja, os riscos assumidos pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), pelo **MME (Ministério de Minas e Energia)** e pela ANP que foram transferidos para o mercado definir o quanto deve recompor equivalem a uma diferença desfavorável para a União de R\$ 2,377 bilhões”, diz o parecer do ministro do TCU Aroldo Cedraz sobre a retirada dos blocos.

Para o ex-diretor-geral da ANP Davi Zylbertstein, o argumento do TCU não tem respaldo técnico, pois não há garantia de que a arrecadação com o regime de partilha será maior do que no modelo de concessão, uma vez que a receita depende de variáveis incontrolláveis como o preço do petróleo. — É um exagero de intervenção dentro de uma lógica que não pode ser comprovada. É péssimo para a imagem do país e não há garantia de que esses blocos possam seu leiloados este ano ainda — afirmou.

‘BALDE DE ÁGUA FRIA PARA O GOVERNO’

O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, disse que o governo vai se reunir com o TCU na próxima segunda-feira. O objetivo é chegar a um acordo que permita que os dois blocos sejam leiloados em junho. Segundo Félix, eles podem ser licitados sob qualquer um dos regimes.

Vai depender se essas áreas serão consideradas estratégicas ou não. — Como são áreas contíguas, gerou uma confusão, e o TCU entendeu que poderia haver algum prejuízo. A coisa não é matemática — disse Félix, destacando que não é a primeira vez que esse formato de leilão é adotado. — Já fizemos outros com

áreas contíguas ao pré-sal, incluindo a 14ª Rodada. Segundo o diretor-geral da ANP, Decio Oddone, é grande a possibilidade de que os reservatórios dos blocos removidos e os da área de Saturno sejam interligados, mas não se tem certeza sobre isso.

Por essa razão, a ANP classificou os blocos como áreas externas ao pré-sal. Ele lembrou ainda que a inclusão dos blocos na 15ª Rodada foi chancelada pelo CNPE. Por isso, diz, será preciso ter uma nova decisão do órgão, declarando esses dois blocos como áreas estratégicas, para que eles sejam licitados sob o regime de partilha, como indicou o TCU.

O governo tem pressa e promete levar a proposta ao CNPE nos próximos dias. — Eram os blocos com os bônus mais altos, e esperávamos muita disputa (com eles). Mas nada impede o sucesso do leilão, há uma série de outros blocos interessantes — diz Oddone. O secretário executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Antônio Guimarães, lembra que restaram outros blocos próximos ao pré-sal, tanto na Bacia de Campos como na de Santos: — É um balde de água fria para o governo, que vai arrecadar menos.

O brilho do leilão não é o mesmo, mas, do ponto de vista das empresas, há outros ativos interessantes ofertados. Mas é lógico que é muito ruim a retirada dos blocos às vésperas do leilão — disse Guimarães, que defende o fim da coexistência de dois regimes. — É preciso simplificar, ter um modelo único. A concessão é o mais eficiente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: 'É um péssimo sinal para o investidor'

Corpo a corpo - EDMAR DE ALMEIDA

Para leiloar áreas excluídas sob o regime de partilha, lei teria de ser alterada, diz professor da UFRJ

Para o professor Edmar de Almeida, do Grupo de Economia da Energia da UFRJ, a decisão do TCU de retirar áreas às vésperas do leilão de petróleo traz insegurança para o mercado.

Qual o impacto da decisão do TCU sobre o leilão?

É uma péssima sinalização para o investidor. As empresas que se habilitaram para participar do leilão gastaram muito dinheiro para analisar os dados,

contratar advogados. Uma decisão dessas na véspera do leilão só traz insegurança jurídica. Há ainda um efeito imediato para a União, de menor arrecadação.

Há chance de as áreas retiradas serem leiloadas este ano?

É difícil. Para que isso aconteça, ou o governo dá direito ao Conselho Nacional de Política Energética de definir critérios para classificar o que é uma área estratégica ou faz-se uma mudança na lei do pré-sal. Neste caso, teria de passar pelo Congresso. Num ano eleitoral, a chance de isso acontecer é remota.

Por que alterar a lei?

O conceito de pré-sal que está na lei é geográfico e não geológico. O que está dentro do chamado polígono do pré-sal é considerado estratégico e é leiloadado sob o regime de partilha, independentemente de estar acima ou abaixo da camada de sal. Da mesma forma, o que está fora do polígono não é considerado estratégico e é leiloadado pelo regime de concessão. Mas as estruturas geológicas, em muitos casos, atravessam esse contorno do polígono, causando essa confusão. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Governo já faz plano B para acelerar privatização da Eletrobras

Proposta é aprovar mudança em assembleia e não depender de projeto de lei.

O governo já pensa em um plano B para tornar irreversível a privatização da Eletrobras caso o projeto de lei (PL) que trata do tema não avance no Congresso. A ideia é aprovar a emissão das ações na assembleia de acionistas, em outubro, para garantir que a operação possa ser concretizada até o início de 2019. Hoje, ela está amarrada à aprovação do PL no Congresso ainda no primeiro semestre. Cumprido este prazo, a previsão inicial é fazer o aumento de capital em novembro. No entanto, o cenário já é considerado incerto pelos técnicos que estão participando das discussões. Há resistência de políticos à venda da empresa, o que coloca em risco uma receita de R\$ 12 bilhões estimada pela equipe econômica. Para driblar a situação, começou a ganhar força nos bastidores outra estratégia: pressionar o BNDES para entregar o mais rapidamente os estudos da modelagem da venda a fim de dar conforto aos acionistas para aprovar a emissão.

MP PRECISA SER APROVADA

Os minoritários querem ampliar a sua participação na companhia, ao mesmo tempo em que a União tem interesse em se desfazer de parte de suas ações para diluir o controle — o que sintetiza o objetivo da privatização. Atualmente, o governo detém 63% de participação na empresa, e o restante está pulverizado entre pequenos investidores na Bolsa de Valores. Mas para seguir à diante, o governo precisa obter pelo menos o aval do Congresso para a desobrigar a União de acompanhar a emissão dos papéis. Para isso, basta aprovar a medida provisória (MP) 814/2017 que trata de vários assuntos do setor elétrico, sem tocar na privatização em si. Um dos artigos da proposta traz de volta ao Plano Nacional de Desestatização (PND) as empresas da Eletrobras. Elas haviam sido incluídas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no Plano, mas não foram privatizadas.

No governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram retiradas do PND. — Se aprovar o texto da MP conforme foi enviado, o governo poderá partir direto para a emissão de ações, que é a privatização propriamente dita — disse uma autoridade a par do assunto. Assim, o projeto que trata especificamente da privatização e que está patinando na comissão especial que trata do assunto poderá ser abandonado. Anteontem, o relator da proposta, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), disse que, se o governo não mexer na composição da comissão, será derrotado. Caso consiga executar o plano B, ficariam de fora da privatização num primeiro momento questões sociais, como a obrigatoriedade de investir uma parcela dos recursos na revitalização do Rio São Francisco. Esse seria o lado ruim, disse uma fonte a par das discussões.

Opinião : A VERDADE

O PREJUÍZO de R\$ 1,7 bilhão acumulado pela Eletrobras no ano passado deveria servir de estímulo ao Congresso a trabalhar com afinco no projeto de privatização da estatal.

AS PRESSÕES por investimentos no setor elétrico são grandes, além da capacidade da Eletrobras. Qualquer atraso ou erro na execução de projetos pode levar a apagões como o que acaba de atingir o Nordeste.

É DISSO que se trata.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Página 2 / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Mudança de hábitos

Presidente da Petrobras, Pedro Parente passou por saia justa no Congresso. A estatal anunciou o fechamento de fábricas de fertilizantes, na Bahia e em Sergipe. A reação foi imediata. Houve ameaça de motim contra o governo, em reunião com as bancadas dos dois estados. Parente propôs, então, manter a produção por mais 120 dias. Habitados à ideia de que a Petrobras faz o que o governo manda, ninguém acreditou quando ele disse que Temer não sabia da decisão. Paulo Magalhães (BA) foi irônico: “Pior ainda”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Paraíba do Sul

O desembargador Alcides da Fonseca Neto, da 20ª Câmara Cível Rio, manteve a multa de R\$ 18 milhões aplicada pelo Inea contra a CSN por poluição do Rio Paraíba do Sul. A penalidade havia sido suspensa em primeira instância.

Espaço do Adriano Pires, consultor

“Os consumidores de energia elétrica foram mais uma vez surpreendidos com um grande aumento das tarifas. Na maioria das distribuidoras, foi superior a 20%. Como explicar esse aumento num país com inflação de 3,5%? Não é fácil entender o porquê. Diria até que, mundialmente, é inédito. Três coisas explicam o fenômeno. A 1ª é que, por falta de um modelo elétrico adequado à nossa atual realidade energética, temos de ligar as térmicas mais caras e isso implica na adoção da bandeira vermelha, que é repassada ao consumidor. A 2ª é que a conta do consumidor fica mais cara pelo fato de pagar a conta dos inadimplentes e a dos que furtam energia. A 3ª é que, na conta de energia elétrica, 40% é imposto. Entenderam o porquê do novo ‘tarifaço’?”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Breno Pires / Brasília, Denise Luna / Rio

Título: TCU retira dois blocos do leilão de petróleo

Áreas, próximas do pré-sal, correspondiam a 77% do volume que seria ofertado no leilão de hoje; Tribunal alega prejuízo para a União.

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem suspender a concessão dos dois blocos de petróleo e gás mais vantajosos previstos para serem leiloados pelo governo hoje. Os blocos retirados correspondiam a 77% do volume que seria ofertado no leilão de hoje. Segundo o ministro do TCU Aroldo Cedraz, que propôs a cautelar, as perdas da União como leilão das duas áreas, fora do regime de partilha, poderia superar R\$ 2,37 bilhões ao longo de 35 anos de concessão.

No total, 17 dos blocos previstos para irem a leilão nesta quinta, incluindo os dois bloqueados pelo TCU, estão localizados nas Bacias de Campos e Santos, bem próximos à área do pré-sal. A própria ANP diz haver ali possibilidade de reservas na camada pré-sal. De um total de 70 blocos, o tribunal determinou que não sejam ofertados justamente os dois que têm a maior expectativa de bônus de assinatura individuais, de no mínimo R\$ 3,55 bilhões, até que possa analisar o processo de licitação. O bônus é um tipo de pedágio pago à União pelo direito de explorar e produzir petróleo nas bacias brasileiras.

Os dois blocos alvos da medida fazem parte da Bacia de Santos. O bônus mínimo para o bloco S-M-534 está avaliado em R\$ 1,9 bilhão, e o do bloco S-M-645, em R\$ 1,65 bilhão. As duas áreas estão localizadas em região de águas ultraprofundas e dispostas adiante do polígono do pré-sal, com potencial para descobertas de grandes acumulações de petróleo no pré-sal.

Polígono.

O **secretário de petróleo, gás natural e biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, disse que o TCU entendeu que a venda dos dois blocos na 15.^a Rodada de Licitações de Concessões, que será realizado hoje, tiraria a competitividade do bloco Saturno, que será oferecido na 4.^a Rodada de Partilha, prevista para junho. "A questão é o polígono. O TCU entendeu que dividir metade em concessão, metade em partilha poderia reduzir a competitividade." Ele informou que na próxima semana vai conversar com o TCU para ver como poderá levar os dois blocos novamente ao mercado. "Não houve decisão ainda sobre Saturno, semana que vem vamos conversar com o TCU."

O TCU alegou que como os blocos podem ser unitizados com o bloco de Saturno, localizado no polígono do pré-sal de Santos, o valor que seria arrecadado poderia ser menor do que realmente vale. O setor de petróleo minimizou o impacto da decisão do TCU. A avaliação é de que a medida é uma frustração maior para o governo do que para o mercado. A expectativa é de que haja bastante interesse por outras áreas que serão licitadas e que o governo mantenha a estabilidade das regras. Segundo representantes do mercado

fatores como a indefinição em relação ao Repetro(regime aduaneiro especial) no Rio de Janeiro já estão no "preço do leilão".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Fábio de Castro

Título: Novo relatório confirma nível alto de metais tóxicos no Rio Pará

Mercúrio, arsênio, alumínio e até urânio foram encontrados em concentração acima da permitida pela legislação brasileira nos resíduos lançados sem tratamento pela empresa norueguesa Hydro Alunorte no Rio Pará, entre os dias 16 e 17 de fevereiro. Essa é a conclusão de um novo relatório feito por especialistas do Instituto Evandro Chagas (IEC), apresentado ontem. O documento apresentou a avaliação da qualidade das águas superficiais nos canais regulares e clandestinos do Rio Pará – onde foram lançados efluentes sem tratamento. Segundo o químico Marcelo Lima, do IEC, em vários cursos d'água foram encontrados níveis elevados – superiores aos permitidos pela legislação – de cinco a seis elementos químicos tóxicos, dependendo do ponto avaliado.

“No Rio Murucupi, num trecho entre a comunidade Vila Nova e a nascente, encontramos não apenas chumbo, mas também arsênio, cromo e outros elementos tóxicos. Na nascente, verificamos também níveis muito elevados de alumínio e taxas altas de ferro e sódio dissolvido. Tudo isso coincide com o que está presente nos efluentes (resíduos) da empresa”, afirmou Lima. Na zona de mistura da água de alguns canais com a do rio há altos níveis de alumínio. As proporções de chumbo estavam de duas a cinco vezes maiores do que o permitido. No Rio Pará, o volume de água é grande e, por isso, a capacidade de diluição é maior.

Ainda assim, praias e tributários (espécie de afluentes) apresentaram nível de ferro muito alto logo após o lançamento dos resíduos. Lima descarta a possibilidade de que isso seja um fenômeno natural. Segundo o médico Marcos Mota Miranda, também do IEC, as substâncias químicas são tóxicas, mas o próprio ecossistema tem recursos para diluir os resíduos e mitigar sua toxicidade. O impacto da contaminação, diz, não depende apenas da dose, mas do tempo de contaminação. Exposições contínuas podem levar a problemas graves – neurológicas e pulmonares, por exemplo.

Apenas no dia 19 deste mês, após negar diversas vezes, o grupo norueguês Norsk Hydro reconheceu que sua fábrica de alumínio Hydro Alunorte, no Brasil, derramou água sem tratamento no Rio Pará, o maior da região. A contaminação por bauxita atingiu comunidades, ribeirinhos e quilombolas que vivem no

entorno das 20 bacias de rejeitos da empresa. Mineradora. Procurada, a Norsk Hydro informou que não teve acesso ao conteúdo integral do relatório e que vai analisar o material antes de se manifestar. Anteontem, a empresa divulgou que busca acordo com as autoridades para normalizar a operação. A mineradora diz que está fazendo análises interna e independente para esclarecer o caso. A conclusão deve ser apresentada em 9 de abril.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Regra nacional para mercado livre de gás deve sair de projeto do governo

Mercado Aberto

Uma das principais mudanças que o governo pretendia fazer no setor de gás natural, a criação de regras nacionais para o mercado livre (em que grandes consumidores escolhem de quem comprar) deverá ser abandonada.

“A Constituição atribuiu aos estados o monopólio do gás. Há discussões sobre o limite disso, mas não podemos impor coisas que eles não queiram”, diz Márcio Felix, secretário de petróleo e gás do **Ministério de Minas e Energia**.

A decisão final de como será o marco regulatório, afirma, caberá ao Congresso.

O Ministério convocou uma reunião para o dia 4 de abril para apresentar ao setor uma nova proposta.

“Vamos explicar o que pode evoluir no projeto que já foi lido no Congresso”, diz.

O governo promoveu reuniões de representantes do setor nos últimos anos para discutir o marco regulatório. Os encontros resultaram em um texto que foi enviado ao Congresso em dezembro, mas que não tramitou.

A criação de normas nacionais para o mercado livre estava prevista nesse projeto. Era um item que contrariava a Abegás, associação das distribuidoras, e favorecia os grandes consumidores.

Oito associações ligadas a consumidores se reuniram na quarta (28) e redigiram uma carta ao ministério. Elas pedem para que não se altere o texto que foi escrito em conjunto nos últimos anos.

Três entidades ouvidas pela coluna afirmam que trabalharam pelo programa e que mudar essa regra é acabar com a sua espinha dorsal. A Abegás não se pronunciou .

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DA REUTERS

Título: EUA querem rever cota de etanol, diz Fiesp

Diretor afirma que revisão de limite para importação de combustível pelo Brasil é condição para evitar sobretaxa ao aço

Itamaraty não confirma exigência; Trump isentou país de tarifa extra para produtos siderúrgicos até maio

Para evitar a imposição de sobretaxas sobre aço e alumínio do Brasil, os EUA querem uma reavaliação da cota sobre etanol americano implementada pelo governo de Michel Temer, disse nesta quarta-feira (28) o diretor de Comércio Exterior da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Thomaz Zanotto.

Outra exigência, diz, é o compromisso para que a China não faça triangulação de carregamentos de produtos siderúrgicos pelo território brasileiro para os EUA.

“É fato que os paradigmas de negociação comercial com os EUA mudaram”, disse Zanotto, explicando que as pre-condições colocadas pelos EUA servem apenas para iniciar a negociação de fato sobre as tarifas maiores nos metais.

Respeito à propriedade intelectual e à produção interna nos EUA, medidas contra triangulação de aço e questões de segurança nacional foram estabelecidos em reunião realizada na véspera, em Washington, como premissas da negociação com o Brasil por representantes do governo do presidente americano, Donald Trump, relatou Zanotto, que teve acesso às discussões.

Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Brasil confirmou que a reunião aconteceu, mas preferiu não comentar as discussões.

Na semana passada, o presidente dos EUA, Donald Trump, emitiu decreto que isenta o aço brasileiro de sobretaxas até o dia 1º de maio.

O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA — que decidiram, no início do mês, impor sobretaxas ao aço e ao alumínio sob o argumento de proteger a indústria siderúrgica e, por consequência, a segurança nacional.

Os EUA aproveitaram as conversas iniciais sobre aço e alumínio para debater a revisão de limites tarifários à importação do etanol imposta em setembro pelo Brasil, depois que a indústria local viu os preços do combustível desabarem no mercado interno em razão da disparada nas compras externas.

Pela decisão da Camex (Câmara de Comércio Exterior), as importações de etanol sem tarifa são limitadas a 150 milhões de litros por trimestre, ou 600 milhões de litros por ano, por um período de 24 meses. Acima desses volumes, há a incidência de taxa de 20%/o, e os EUA são grandes produtores de etanol.

PEIXE DO ALASCA

Outro tópico que não está relacionado com o setor de aço e alumínio e interessa a Washington, de acordo com o diretor da Fiesp, é que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) realize uma investigação técnica sobre peixes importados do Alasca, similares a pescados asiáticos cuja importação foi proibida em 2017 no Brasil.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: TCU retira dois blocos do pré-sal e esvazia leilão de petróleo

Lance mínimo pelas áreas somava R\$ 3,5 bi, 74% do total do pleito, que será realizado hoje; tribunal vê irregularidade em licitações

O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou nesta quarta (28) a retirada dos dois blocos mais caros da lista de ofertas da 15ª rodada de licitações de áreas para exploração de petróleo no país, que será realizada nesta quinta (29).

Com isso, a lista do leilão promovido pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) cai para 68 blocos. Vinte empresas se inscreveram para participar da disputa.

Com a retirada dos blocos, a arrecadação do governo será impactada: o lance mínimo pelos dois somava R\$ 3,5 bilhões, 74% da soma dos lances de todos os blocos.

O TCU alega irregularidades na licitação de duas estruturas geológicas com grande potencial de descobertas de petróleo no pré-sal em dois regimes contratuais diferentes.

A decisão refere-se aos blocos S-M-354 e S-M-645, na bacia de Santos, que seriam licitados sob o regime de concessão, preferido das petroleiras por não prever participação do governo nos consórcios.

No S-M-354, uma estrutura geológica batizada de Titã tem potencial para cerca de 1 bilhão de barris, considerando que 30% do volume no reservatório possa ser extraído. No S-M-645, a estrutura chama-se Saturno, com cerca de 2 bilhões de barris.

Mas Titã e Saturno se estendem para fora do limite dos blocos e têm partes dentro do polígono do pré-sal, onde são obrigatórios os contratos de partilha da produção, com presença estatal.

Esses pedaços seriam leiloados na quarta rodada de licitações do pré-sal, prevista para junho. Os vencedores de cada leilão teriam de negociar entre si um acordo de produção.

O TCU argumenta que o governo poderia arrecadar R\$ 1,25 bilhão a mais caso vendesse Saturno como uma área única, por exemplo. O tribunal recomendou que as áreas sejam licitadas integralmente sob o regime de partilha.

“A questão envolve interesses privados extremamente significativos”, diz o TCU. “E a preferência do setor privado pelo regime de concessão é inquestionável. Portanto, é preciso que a conciliação de interesses do Estado e do setor privado seja transparente e absolutamente técnica.”

O diretor-geral da ANP, Dêcio Oddone, diz que sugeriu ao CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) a análise dessa possibilidade, mas se decidiu por dividir as áreas.

Em nota, o **Ministério de Minas e Energia** disse que respeita a decisão do TCU e que tentará submeter ao CNPE o mais rápido possível uma nova proposta para leiloar essas áreas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DANIELLE BRANT DE SÃO PAULO

Título: Light cai 12% após propor aumento de capital

Avaliação é que a oferta dificultaria a venda da empresa, que é controlada pela Cemig

As ações da Light despencaram 12,4% nesta quarta-feira (28), em reação à proposta de aumento de capital anunciada pela empresa que diluiria a participação de acionistas e poderia dificultar a venda da empresa pela controladora Cemig.

Em comunicado, a Light informou que convocou para 27 de abril uma assembleia

de acionistas para debater a mudança de estatuto que permitiria à empresa aumentar seu capital de 204 milhões para 300 milhões de ações ordinárias (com direito a voto).

Em relatório, analistas do BTG Pactual atribuem a queda das ações ao anúncio de aumento de capital. Pelos preços desta quarta, a empresa conseguiria levantar cerca de R\$ 1,3 bilhão com a oferta. A decisão também joga dúvidas sobre a venda da empresa pela Cemig, diz Rafael Bevilacqua, estrategista-chefe da casa de análise Levante.

"A Light vai diluir a participação dos acionistas. Quem vai comprar essa empresa? Fica a questão de se a Light vai ser vendida ou não depois."

Em conferência, o presidente da Light, Luiz Fernando Paroli, disse que as mudanças propostas buscam "modernizar" o estatuto e não representam "nenhuma modificação na estratégia" da companhia ou dos acionistas.

"Não vejo razão nenhuma para que se possa justificar essa reação negativa que tivemos [no preços das ações]."

Na teleconferência, ele foi questionado se acreditava que o estatuto poderia ser um meio de ter um "plano B" caso a empresa não seja vendida.

"Eu não chamaria essa mudança de plano B, uma vez que os acionistas continuam trabalhando no processo de venda da companhia... essa modernização que a gente fez pode até trazer mais flexibilidade em uma possível venda ou M&A [fusões e aquisições, na sigla em inglês]."

Os investidores também avaliaram o resultado do quarto trimestre da empresa, que reverteu prejuízo e lucrou R\$ 91 milhões.

Em relatório, a Coinvalores considerou que a reversão do prejuízo se deve "principalmente ao resultado do segmento de distribuição, onde o aumento da

demanda no mercado cativo aliado ao reajuste tarifário e ao controle de custos propiciou o ganho de rentabilidade no trimestre".

Mas, segundo a corretora, preocupam o alto gasto com compra de energia no mercado de curto prazo e a situação financeira da empresa. A Bolsa brasileira fechou em alta de 0,08%, para 83.874 pontos. O dólar comercial ficou estável em R\$ 3,332.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / Brasília-DF

Autor: Denise Rothenburg

Título: Santo de casa.../

Curtidas

A primeira pessoa que telefonou para **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, quando houve o apagão no Norte e Nordeste foi....a mãe dele, dona Adriana. "Já soube mãe. Vamos verificar o que houve".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari e Simone Kafruni

Título: TCU tira dois blocos de leilão

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, ontem, impedir a concessão de dois blocos de petróleo e gás que seriam leiloados pelo governo federal hoje durante a 15ª Rodada de Concessão, que, inicialmente, ofertaria 70 áreas. A suspensão cautelar retira justamente os dois ativos que tinham a maior expectativa de arrecadação, de, no mínimo, R\$ 3,55 bilhões. Para o relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, fora do regime de partilha, a venda dos dois blocos poderia gerar prejuízos de R\$ 2,37 bilhões à União ao longo de 35 anos de concessão.

O governo esperava arrecadar R\$ 4,8 bilhões com a licitação de áreas exploratórias, que totalizavam 95,5 mil km² de área. A decisão do TCU restringiu o leilão a 68 blocos, com a exclusão do S-M-534, avaliado em R\$ 1,9 bilhão, o S-M-645, cotado em R\$ 1,65 bilhão, ambos na Bacia de Santos. Como a 4ª Rodada de Partilha de produção do pré-sal será em 7 de julho, o entendimento dos magistrados é de que a licitação nesse modelo será mais vantajosa para a União.

No leilão de concessão, a regra prevê que os vencedores paguem bônus de

assinatura ao governo por blocos do pós-sal e royalties ao longo da exploração, enquanto, no de partilha, há repasse de parte da produção do pré-sal à União. Como os dois blocos bloqueados estão próximos à área do pré-sal, o potencial de reservas é maior.

A Corte de contas considerou que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) não conseguiram justificar a oferta em separado. Com as contas públicas em frangalhos, é possível entender o motivo: o bônus garante ao governo uma receita maior imediata; na partilha, a receita aumenta de acordo com a produção. Os investidores também preferem o primeiro modelo, o que garantiria mais concorrência e ofertas melhores de bônus para arrematar os blocos.

Assim que tomou conhecimento da decisão, o MME disse, em nota, estar analisando a cautelar, “a qual respeita” e que “no período mais curto possível vai submeter ao Conselho Nacional de Política Energética uma nova proposta para leiloar essas áreas”.

Partilha

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que o país precisa acabar com o regime de partilha. “Os dois blocos eram as estrelas do leilão de amanhã (hoje) porque teriam bônus de assinatura estimado em R\$ 3,5 bilhões. O argumento é que estão na fronteira do pré-sal e deveriam ser licitados em partilha, que é um modelo criado pelo PT de forma ideológica que afasta os investidores”, comentou. Segundo ele, o país perde credibilidade. “As empresas levantaram dinheiro no mercado, se prepararam para dar lance. O polígono do pré-sal, na prática, se tornou o muro de Berlim, porque o regime só atrapalha os investimentos. O governo está precisando do bônus”, opinou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Lucro de estatais sobe

O lucro das estatais federais triplicou em 2017 em relação a 2016. Conforme levantamento feito pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, divulgado ontem, apenas cinco das principais empresas públicas controladas diretamente ou indiretamente pela União lucraram R\$ 28,362 bilhões no ano passado. Esse dado ficou 214% acima dos R\$ 9,031 bilhões registrados em 2016.

As empresas Petrobras, Eletrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e suas subsidiárias respondem por 90% a 95% dos ganhos das estatais federais, segundo a Sest. Apenas os lucros de Caixa e BNDES, de R\$ 12,2 bilhões e de R\$ 11 bilhões, respectivamente, equivalem a mais da metade dessas cinco: R\$ 23,1 bilhões.

Conforme dados do boletim da Sest, o número de funcionários das estatais encolheu 5,4%, ou 28.744 trabalhadores, passando de 533.188, em 2016, para 504.444, em 2017. Neste ano, os programas de demissões voluntárias (PDVs) continuam em curso. "Existem 11 PDVs já autorizados", afirmou o titular da Sest, Fernando Antonio Ribeiro Soares.

O número de estatais controladas direta ou indiretamente pela União caiu de 149, no terceiro trimestre de 2017, para 146, no quarto trimestre de 2017.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: >> entrevista Fernando Bezerra Coelho Filho

Título: "Privatização reduzirá tarifas"

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, acredita que, mesmo com resistências à privatização da Eletrobrás, o projeto será aprovado ainda no primeiro semestre deste ano. Durante entrevista ao programa CB.Poder, uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília, ele disse que a votação é o plano A e que a sua saída do ministério para disputar as eleições não vai atrapalhar o texto no Congresso. "Até porque volto para a Câmara para poder ajudar nesse debate."

Quanto aos recentes ataques à caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro de Minas e Energia parece se preocupar com o cenário dos próximos meses. "É preocupante, independentemente da posição partidária, e tenho respeito por todos. Lamento por Lula, e só porque uma pessoa pensa diferente, é inaceitável estarmos presenciando atos assim. Muito antes de o ato acontecer, já havia um movimento de intolerância", completa. Confira os principais trechos da entrevista:

Caso a Eletrobrás seja privatizada, qual será o impacto?

Apesar de o preço da energia na contratação através dos leilões ter se reduzido, o consumidor tem recebido uma conta cada vez mais cara. Evidentemente, todo problema do aumento de energia não está em uma única empresa e num único local. Mas a Eletrobrás tem necessidade de fazer uma série de aprimoramentos e de ganhar eficiência. Nos últimos anos, acumulou prejuízos bilionários,

enquanto concorrentes acumularam lucros. Ela tem custos muito superiores à concorrência. Nos cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), se a modelagem de privatização que vier a ser aprovada pelo Congresso for a que foi enviada pelo governo, teremos uma redução inicial em torno de 2% a 2,5% na tarifa já em 2019

É uma discussão difícil em ano eleitoral. O governo tem um plano B caso não consiga aprovar a proposta?

Vamos continuar trabalhando com o cronograma para podermos aprovar na Câmara e no Senado no primeiro semestre. Tenho sinalizado isso para a parte política do governo e nós ainda trabalhamos com o plano A, que é de conseguir votar o projeto ainda no primeiro semestre.

Já há uma análise do blecaute que atingiu grande parte do país na semana passada? Há fragilidade no sistema?

Do ponto de vista do abastecimento, não corremos nenhum risco. A interrupção da semana passada ocorreu por uma falha em uma subestação. Não foi falha de usina, de geração, foi de equipamento em uma subestação que escoava parte da energia de Belo Monte. O Operador do Sistema Elétrico (ONS) pediu sete dias para apresentar um relatório.

Nós teremos uma dificuldade no futuro relacionada a construções de hidrelétricas. Como o senhor imagina, no futuro, a matriz energética brasileira?

O Brasil tem uma matriz muito limpa. Algo em torno de 17% da nossa geração é hídrica, mas esgotamos os aproveitamentos óbvios e os que se apresentam hoje levantam discussões ambientais bastante severas. O Plano Nacional de Energia, preparado pelo ministério, aponta para um crescimento da geração baseada em energias renováveis, eólica e solar principalmente. Mas elas são intermitentes: a solar não tem à noite, e a eólica só tem quando tem vento. Então precisamos de uma energia firme para podermos manter a estabilidade do sistema.

Ou seja, estamos fadados a viver em instabilidade?

De forma alguma. Estamos estimulando também as usinas elétricas a gás, que, das fósseis, é a mais limpa, aproveitando o momento em que o Brasil deve se tornar um país exportador de gás natural, por conta, principalmente do pré-sal. A matriz energética, no futuro, será ainda muito lastreada na energia hídrica, mas tendo a expansão focada em eólica, solar, e com energia térmica a gás, que é mais barata e mais eficiente.

O que a reforma do setor elétrico da União contempla?

A reforma vai possibilitar ao consumidor brasileiro a oportunidade de acessar os avanços tecnológicos no setor elétrico. Queremos dar um estímulo, através da tarifa, para o consumidor usar um eletrodoméstico, por exemplo, no horário em que a energia é mais barata, como se faz em outros países. Isso é uma das possibilidades que existirá com a reforma do setor. A outra é dar ao consumidor brasileiro a chance de escolher de quem vai comprar energia. Além disso, vamos incentivar a microgeração, para que ele possa gerar sua própria energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: TCU exclui dois principais ativos do leilão de petróleo

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) realiza hoje a 15ª rodada de blocos exploratórios sem duas das áreas mais promissoras. Os blocos S-M-534 e S-M-645, na Bacia de Santos, retirados do leilão por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), tinham potencial para levantar, juntas, pelo menos R\$ 3,55 bilhões em arrecadação - o equivalente a 73% da soma dos bônus mínimos de todos os 70 ativos inicialmente incluídos na concorrência. A estimativa do **Ministério de Minas e Energia** é que a rodada arrecade entre R\$ 400 milhões e R\$ 450 milhões.

A decisão do TCU desagradou à equipe econômica e pegou o setor de surpresa, na véspera do leilão. O tribunal defende que a opção do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de licitar os dois blocos sob o regime de concessão, e não partilha, traz riscos de prejuízos à União da ordem de R\$ 2,37 bilhões - quando comparado o valor presente das participações governamentais nos dois modelos de contrato. Segundo o TCU, faltam justificativas para a opção.

Como os blocos S-M-645 e S-M-534 têm potencial de se conectarem à área de Saturno, que está dentro do polígono do pré-sal e será oferecido sob o regime de partilha, em junho, o TCU entende que eles deveriam ter sido classificados como estratégicos e leiloados também sob o regime de partilha. Para declarar uma área como estratégica é necessário que o CNPE proponha um decreto presidencial.

Segundo a secretária de fiscalização de óleo e gás do TCU, Gabriela da Costa e Silva, essa opção evitaria, no futuro, uma potencial unitização (individualização da produção de dois campos diferentes num único projeto, quando os reservatórios de duas áreas se conectam numa só jazida).

"Existe um regime fiscal diferenciado entre as áreas de concessão e partilha. No longo prazo, considerando-se que o prazo da exploração é de 30 anos, o fato de se dividir a área em dois regimes não parece vantajoso para a União. A unitização é o remédio para uma doença, e aqui foi criada uma unitização desnecessária. Com o agravante de serem dois regimes diferentes, sendo que há uma parte ainda não licitada, que é a parcela interna da área", afirmou a secretária ao **Valor**.

O tribunal também identificou a "possibilidade de interferência externa no trabalho técnico da ANP" e "excesso de contradições nas respostas" em relação às notas técnicas" da agência.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que a decisão sobre o modelo contratual da licitação cabia ao CNPE. "O que colocamos [para o CNPE] foi que existe a possibilidade de leiloar as áreas no regime de partilha e no de concessão. O CNPE discutiu e deliberou que não ia declarar a área estratégica", afirmou o diretor.

Já o **secretário de Petróleo e Gás do MME, Márcio Félix**, disse que, apesar da decisão do TCU, a 15ª rodada deve se manter atrativa. "Temos áreas interessantes nas bacias do Ceará, Potiguar, em Sergipe-Alagoas. Há outras áreas sendo ofertadas em Santos e Campos também. Esperamos que haja grandes atores nessas áreas", disse.

Segundo Félix, representantes do MME e do tribunal se reúnem segunda-feira para discutir uma solução para licitação dos dois blocos retirados da licitação de hoje. A intenção é voltar a leiloar as áreas em até seis meses, preferencialmente na 4ª rodada de partilha, marcada para junho. "Os blocos não vão sumir. Eles estão lá em baixo do mar e voltarão a ser leiloados. Vamos buscar o diálogo com o TCU", afirmou.

Questionado se as áreas seriam licitadas sob regime de concessão ou partilha, o secretário disse que o assunto ainda será debatido. Ele argumentou, no entanto, que o governo não tem "elementos suficientes" para afirmar que a licitação sob regime de partilha seria mais rentável para a União, como defende o TCU.

"O regime de partilha vale para as áreas estratégicas. As áreas estratégicas são aquelas de baixo risco exploratório e elevado potencial de produção. Não temos elementos suficientes para afirmar isso [que os blocos excluídos são de baixo risco]", argumentou.

Os blocos S-M-534 e S-M-645 são adjacentes à área de Saturno, uma das duas únicas áreas da 4ª rodada do pré-sal, de junho, para as quais a Petrobras não

tinha exercido direito de preferência. Por isso, a expectativa era que esses dois ativos despertassem o interesse das petroleiras privadas.

Félix argumenta, ainda, que o ministério prestou todas as informações solicitadas pelo TCU. Gabriela, no entanto, alega que alguns documentos só foram entregues ontem pelo ministério.

"O edital foi publicado sem que o TCU tivesse a oportunidade de analisar, em um amplo descumprimento dos normativos e assunção de riscos pela ANP", disse a secretária, que não vê pressa para licitar as áreas, já que os contratos só estão previstos para serem assinados em novembro. **(Colaborou Fabio Graner, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: BNDES amplia prazos e valores e corta o spread no financiamento para energia

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez três grandes mudanças na política de financiamento para o setor de energia que valem para o próximo leilão de A-4, marcado para a próxima semana. A superintendente de energia da diretoria de infraestrutura do BNDES, Carla Primavera, explicou que o valor financiável e os prazos aumentaram e o spread baixou.

Agora o BNDES vai financiar 80% dos projetos, quando antes o valor era calculado com base em um percentual dos itens financiáveis do projeto, que representam de 50% a 80% do total, dependendo do caso.

O banco também reduziu de 1,7% para 1,3% o spread cobrado nas operações para o setor elétrico nos projetos de geração, transmissão e distribuição. Para o segmento de energia solar, eficiência energética e projetos para aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, a queda no spread foi ainda maior: de 1,7% para 0,9%. "Com a TLP e a nova realidade do banco, foram redefinidos os spreads básicos conforme as prioridades do banco", explicou a superintendente.

Outra decisão foi pelo alongamento dos prazos. Carla lembra que os projetos de geração, transmissão e distribuição de energia já tinham prazos mais longos comparados aos de outros setores. No caso dos empreendimentos de geração, o prazo variava de 16 a 20 anos e agora passou para até 24 anos. No caso da distribuição, que tinham de 5 a 7 anos, o prazo foi estendido para até 20 anos.

"A ressalva é que os prazos são sempre atrelados ao contrato de compra e venda de energia, no caso dos projetos de geração. E na distribuição o prazo dependendo do tempo da concessão", disse Carla. "O banco entende que tem papel importante no crédito de longo prazo no país e que devíamos ampliar prazos", disse.

O BNDES também quer ampliar o escopo dos empreendimentos de energia financiados pela instituição. De acordo com Carla, agora o banco quer "inovar" e apoiar projetos destinados também aos mercados livre e de curto prazo. Até então os financiamentos eram destinados prioritariamente para projetos que vendem energia no mercado regulado por meio dos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Observamos duas grandes questões no contexto do setor elétrico e o regulador nos apontou um caminho, que é a separação do lastro e da energia nesse contexto de mercado livre. Além disso, no último leilão houve um número grande de projetos, mas a demanda de contratação no mercado regulado, que é ditado pelas distribuidoras, foi menor. Portanto existe um potencial de investimentos no setor muito grande, mas o leilão tem demanda limitada pela necessidade das distribuidoras. Então queremos tentar viabilizar projetos para expansão da matriz não apenas do ambiente regulado", disse Carla ao explicar a intenção de financiar projetos destinados a ambientes de comercialização híbridos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: UE abre investigação e eleva pressão sobre aço brasileiro

A União Europeia (UE) avisou ao Brasil e outros exportadores de aço para a Europa que iniciou esta semana sua investigação de salvaguarda cobrindo a importação de 26 tipos de produtos de aço. O objetivo de Bruxelas é poder impor barreira para evitar ser inundado com o aço que não puder entrar nos Estados Unidos, depois da imposição de sobretaxa de 25% anunciada por Donald Trump.

O Brasil e os outros produtores têm 21 dias para responder a um questionário da Comissão Europeia. Ou seja, ao mesmo tempo em que negocia com os EUA para não ser sobretaxado depois de 1º de maio, o Brasil terá que se esforçar para também não ter seus produtos siderúrgicos afetados na UE.

Negociadores em Bruxelas estimam que o alvo da UE é, basicamente, a China, com seu persistente excesso de capacidade de produção siderúrgica. Mas a

Eurofer, a associação dos produtores de aço da Europa, nota que uma salvaguarda ampla e rápida na Europa é necessária e independente da exclusão da UE, juntamente com alguns outros países, como o Brasil, da sobretaxa imposta por Trump.

A entidade exemplifica com o acordo da Coreia do Sul com os EUA para que os coreanos também fiquem isentos da sobretaxa: a Coreia vai limitar suas exportações a 2,7 milhões de toneladas de aço, ou 70% do volume exportado entre 2015-2017. Assim, os 30% restantes, que não mais entrarão nos EUA, vão procurar outros mercados, como a atrativa Europa.

O principal negociador comercial dos EUA, Robert Lighthizer, procura negociar "restrição voluntária às exportações", um instrumento que ele usou nos anos 80 como vice-chefe do USTR e que era agora considerado inadequado no sistema comercial multilateral em vigor. A Casa Branca ressuscita esse mecanismo e afeta ainda mais as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para certos observadores, o Brasil terá, nas negociações com Washington, tanto exportações submetidas a cotas (limite quantitativo) como será pressionado a fazer alguma concessão para exportações americanas. Porém, no caso brasileiro, o que pode contar a favor do país, tanto nos EUA como na Europa, é que boa parte das exportações é de aço semiacabado, essencial para muitas siderúrgicas dos dois parceiros.

Em 2017, de 2,293 milhões de toneladas exportadas para a UE, 61% foram de aço semiacabado. As siderúrgicas europeias, a exemplo de americanas, já indicaram à Eurofer que esse tipo de aço deveria ser excluído de eventual medida restritiva adotada por Bruxelas.

Conforme a Eurofer, nos dois primeiros meses do ano as importações de aço acabado aumentaram 12% na Europa, alarmando produtores locais. A entidade estima que, se volumes forem desviados para a Europa, o impacto sobre o preço do aço no continente "será devastador".

A Comissão Europeia tem em principio nove meses para concluir a investigação, mas já avisou que, se medidas temporárias forem necessárias, poderá adotá-las rapidamente.

Por outro lado, Brasília e Bruxelas continuam tentando fechar este ano o acordo de livre comércio UE-Mercosul. Porta-voz europeu diz que os negociadores permanecem em contato para explorar como avançar nas questões que restam e chegar à última etapa de negociações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Internacional**Autor:** Agências internacionais**Título:** Produção de petróleo da Venezuela segue em queda

A produção de petróleo da Venezuela deve continuar a encolher "até ao menos o fim de 2019", refletindo a crescente dificuldade em manter a produção, que afeta até mesmo as joint-ventures com a estatal PDVSA, segundo relatório semanal do Departamento de Energia dos EUA.

Além do impacto do colapso dos preços da commodity em 2014, a má gestão do setor de petróleo levou a uma aceleração no ritmo de declínio da produção venezuelana, que caiu para 1,6 milhão de barris por dia, de 2,3 milhões de barris no início de 2016.

Com os gastos de capital reduzidos, os parceiros estrangeiros da PDVSA estão limitando as atividades na Venezuela. Por causa da forte dependência com a receita de petróleo, o declínio da produção tem um impacto negativo nas finanças do país", diz o relatório.

Em 2017, a economia da Venezuela contraiu quase 9%, segundo estimativa da Oxford Economics.

Os EUA foram o maior importador de petróleo da Venezuela em 2017, com 618 mil barris por dia, ou 41% do total das exportações do país, enquanto a China recebeu 386.000 barris por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito, Camila Maia e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo**Título:** Mercado reage à mudança em estatuto da Light

O mercado reagiu mal à mudança proposta pela administração da Light no estatuto da companhia para aumentar o limite de capital autorizado da empresa e possibilitar uma emissão de até 96,03 milhões de novas ações. A medida foi entendida pelos investidores como um "plano B" da Cemig, que teria desistido da venda do bloco de controle da Light e buscaria sua diluição na empresa até o fim do ano, evitando assim que a elétrica fluminense se tornasse uma estatal, quando vencer a opção de venda de ações da Light por um grupo de bancos para a companhia mineira. As ações da Light fecharam o pregão de ontem com queda de 12,43%, negociadas a R\$ 13,31. Foi a maior baixa do dia na B3.

A reação dos investidores levou o comando da Light a antecipar para o fim da tarde de ontem a teleconferência sobre os resultados do quarto trimestre de 2017 e do ano passado, que ocorreria apenas hoje. Na reunião, o diretor presidente e de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores da elétrica, Luis Fernando Paroli, buscou acalmar o mercado, explicar que não há um aumento de capital em curso na empresa e que as mudanças buscam modernizar o estatuto e dar condições para melhorar o fluxo de caixa da companhia.

"Não chamaria a mudança de 'Plano B'. Os acionistas [controladores] continuam trabalhando no plano de desinvestimentos da Light", disse Paroli, na teleconferência. "Entendam [a mudança proposta] mais como modernização, flexibilidade e confiança dos acionistas em relação aos resultados que viemos conquistando, do que qualquer tipo de mudança estratégica dos sócios", completou.

Após sucessivas perguntas de analistas sobre o tema, Paroli reconheceu que a proposta abre caminho para um eventual aumento de capital na Light, mas que, caso essa opção seja escolhida, o processo será anunciado com a devida antecedência ao mercado.

"Essa questão do aumento de capital, se for colocada como uma opção que a companhia, em algum momento, possa vir a fazer, obviamente é um fato, que, caso isso possa vir a acontecer, será avisado com antecedência, com tranquilidade, como é praxe da companhia", afirmou ele. "Continuo achando que a Cemig não mudou minimamente seu objetivo de efetuar a venda [do controle da Light. A Cemig tem clara sua estratégia. Ela vai continuar nessa estratégia".

Mais cedo, antes da teleconferência, um analista de um grande banco que falou sob condição de anonimato disse que a medida pode indicar que a Light não será vendida, ao menos no curto prazo. "Isso está sendo interpretado como uma intenção da Light de fazer um aumento de capital, o que implica que a companhia não será vendida, ao menos no curto prazo"

Paroli disse, na teleconferência, que "se este foi o entendimento do mercado, provavelmente essa mesma reação [queda de ações], será revertida nos próximos dias".

Sobre perdas de energia, o executivo disse que as ações de segurança previstas com a intervenção federal no Rio de Janeiro vão gerar oportunidades para a empresa combater o furto em sua área de concessão. "Teremos novas oportunidades nas áreas de risco, na medida em que ações de segurança na cidade possam trazer mais condições para trabalharmos."

O índice de perdas totais da Light foi de 21,9%, no fim do ano passado com queda acumulada de 2,01 pontos percentuais desde o início da estratégia atual de combate às perdas, iniciada em 2016.

A Light fechou o quarto trimestre de 2017 com lucro de R\$ 91 milhões, revertendo prejuízo de R\$ 194 milhões em igual período anterior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Renova acumula R\$ 2,2 bi em perdas

A reestruturação implementada pela Renova Energia nos últimos anos encolheu seu balanço e reduziu seu endividamento, mas não foi suficiente para evitar que a companhia tivesse, em 2017, seu segundo prejuízo bilionário anual, o que levantou novas dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional.

A Renova teve prejuízo de R\$ 1,14 bilhão ano passado, perda um pouco maior que o resultado negativo de R\$ 1,1 bilhão apurado um ano antes. Com isso, a companhia já acumula R\$ 2,2 bilhões em prejuízos.

Para lidar com as perdas, a companhia revisou seu plano de negócios, cancelando contratos e vendendo ativos, em construção ou apenas contratados. Além disso, recebeu aportes dos sócios. No ano passado, foi concluído um aumento de capital de R\$ 112,8 milhões na companhia, sendo que R\$ 96 milhões vieram dos acionistas controladores - Cemig e Light.

As vendas de ativos prosseguiram, com a venda das ações da TerraForm Global por R\$ 305,8 milhões, e a venda dos contratos do complexo eólico Umburanas para a Engie por R\$ 16,9 milhões. A principal venda concluída foi a do complexo Alto Sertão II para a AES Tietê, por R\$ 600 milhões.

Em relação à Alto Sertão III, a companhia rolou o vencimento do empréstimo-ponte de R\$ 885 milhões para 15 de julho deste ano. A companhia recebeu uma oferta da Brookfield de aquisição do complexo eólico, além de 1,1 gigawatts (GW) em projetos em desenvolvimento.

Antes, as controladoras da Renova, a Cemig e a Light, tentaram vender a própria Renova para a Brookfield. No começo do ano, porém, a gestora canadense mudou sua oferta, e passou a negociar apenas a compra de Alto Sertão III, que está com 87% das obras concluídas, além da carteira de projetos.

Ontem, a própria Cemig comunicou a Renova da sua intenção de comprar outro ativo da companhia, a sua participação de 51% na empresa Brasil PCH, que tem 148,4 MW de potência. A intenção da estatal mineira é que a Renova venda sua participação a terceiros ou à própria Cemig, a fim de quitar dívidas que esta tem com sua controladora.

Se as operações forem bem sucedidas, a Renova ficará com apenas 41,8 MW de capacidade instalada, por meio de três pequenas centrais hidrelétricas.

Desde que a Brookfield desistiu de comprar a companhia, as ações da Renova têm registrado sucessivas quedas, acumulando baixa de mais de 50% desde o início do ano, devido às expectativas pessimistas quanto à continuação da sua operação. Ontem, as units da companhia chegaram a operar em forte queda, mas mudaram de direção no fim do pregão e fecharam com alta de 5,69%, a R\$ 2,97.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

OPA da CPFL Renováveis

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) começou a analisar recurso da chinesa State Grid a respeito de decisão da área técnica do regulador sobre a oferta pública de aquisição de ações (OPA) da CPFL Renováveis. A decisão do caso - que não tem precedentes na autarquia - foi adiada, de acordo com informativo da reunião do colegiado realizada na terça-feira. A chinesa ofereceu R\$ 12,20 por ação da empresa, montante que a área técnica da CVM não considerou consistente. O regulador chegou a cinco valores diferentes que poderiam ser aplicados aos papéis da Renováveis, sendo o menor deles de R\$ 16,69 por ação. Os técnicos da CVM não determinaram que este preço seja necessariamente adotado, mas pediram uma nova justificativa e apontaram que a oferta só seria igualitária se o valor a ser pago for igual ou superior.

Petrobras e efeito estufa

A Petrobras aderiu à Oil and Gas Climate Initiative (OGCI), uma das principais iniciativas do setor para reduzir e capturar emissões de gases de efeito estufa. A OGCI reúne empresas que representam mais de 25% da produção global. Petrobras, BP, CNPC, Eni, Pemex, Repsol, Saudi Aramco, Shell, Statoil e Total estão presentes. O compromisso é disponibilizar US\$ 1 bilhão nos próximos dez anos, com desembolso dividido igualmente.

Aquisição da Equatorial

A Equatorial Energia vai consolidar a Integração Transmissão de Energia S.A. (Intesa), comprando a participação de 49% ainda nas mãos da Eletrobras. A companhia já possui 51% do capital. Por essas ações, a empresa se comprometeu a pagar R\$ 271,9 milhões. "O preço de aquisição está sujeito a ajustes", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério termina março com queda de 20%

Mais uma vez, as commodities industriais terminaram sem uma tendência definida durante março. Se em fevereiro o petróleo perdeu força e o minério se recuperou, neste mês a situação se inverteu. O maior destaque do complexo de matérias-primas usadas pela indústria foi o minério de ferro, com a queda mais intensa desde setembro e a segunda maior nos últimos 22 meses.

A maior parte dos analistas já alertava para o preço alto demais do minério e esperava enfraquecimento especialmente no segundo semestre. A turbulência causada pelo protecionismo nos Estados Unidos, contudo, ajudou a acelerar essa tendência. Ontem, a commodity com teor médio de 62% de ferro entregue no porto chinês de Qingdao fechou cotada em US\$ 63,12 a tonelada, com 19,7% de perdas em março.

Como janeiro e fevereiro foram bastante positivos para o insumo, entretanto, a cotação média do primeiro trimestre permanece alta. Até ontem, marcava US\$ 74,55 - 13,8% acima do quarto trimestre de 2017 e recuo de 12,9% na comparação anual. Consenso dos analistas feito pelo **Valor** mostra estimativa média de US\$ 61,50 para o fim do ano. Para 2018 como um todo, a previsão é de US\$ 63,10.

"[Os temores de] guerra comercial [entre EUA e China], mas também a demanda surpreendentemente fraca após o Ano Novo Chinês e estoques cada vez maiores de minério, aço e carvão trouxeram mau humor ao mercado", comenta Norbert Rücker, chefe de análise de commodities do banco suíço Julius Baer, em nota. Segundo ele, a expectativa é de apenas estabilidade no investimento chinês em infraestrutura e crescimento menos rápido do consumo de máquinas e equipamentos durante 2018.

Ao mesmo tempo, o cenário continua de aumento na oferta das maiores produtoras do mundo, de Brasil e Austrália. A BMI Research, consultoria da

agência de classificação de risco Fitch, acredita que ao menos até o início da próxima década o excesso de oferta será considerável, impedindo a sustentação de altos preços do minério. Outro fator de pressão apontado pela instituição é o alívio financeiro às mineradoras menores causado por essa cotação alta desde o fim do ano passado. Elas também contribuem para o excesso.

O petróleo, por sua vez, entrou em rota de recuperação. Em março, questões geopolíticas trouxeram a percepção de menor fornecimento da commodity ao mercado internacional e ofuscaram em partes a acelerada produção pelo xisto americano. O segundo contrato do Brent avançou 7% na ICE Futures de Londres, para US\$ 68,84 o barril, enquanto o WTI subiu 5,5% na Nymex, de Nova York, para US\$ 64,50.

Em primeiro lugar, impulsionou a matéria-prima a preocupação do mercado quanto a novas sanções dos EUA ao Irã, abandonando o acordo nuclear com o país. "No entanto, mesmo que as sanções retornem, sem o apoio da União Europeia e da China duvidamos que as exportações caiam tanto quanto da última vez, quando foram impactados 1 milhão de barris diários", escreve Thomas Pugh, economista da consultoria Capital Economics.

Além disso, a crise na Venezuela tem beneficiado a cotação do barril. Só nos últimos seis meses, a produção de petróleo teve de ser reduzida em quase meio milhão de barris diários por falta de recursos para exploração. Isso ajudou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados a mais que cumprir sua meta de cortes iniciada em 2017.

Para o Bank of America Merrill Lynch (BofA), dificilmente a commodity passa de US\$ 80, por conta do quanto isso incentivaria maior produção fora da Opep, mas também porque a demanda em países como China e Turquia seria limitada pelo barril tão caro, provocando ajustes na cotação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Odebrecht disputa hidrelétrica de US\$ 3 bi na Tanzânia

Atingida pela Operação Lava-Jato e pela penúria fiscal dos países para os quais mais trabalhava, a Odebrecht Engenharia e Construção (OEC) volta a disputar uma grande obra, após três anos de queda consecutiva na carteira de projetos. É finalista em uma concorrência do governo da Tanzânia, na África, para construir a hidrelétrica de Rufiji, na barragem de Stiegler's Gorge.

Será um empreendimento de grande porte, com capacidade instalada de 2.100 megawatts (MW), em uma área de negócio na qual a construtora tem reconhecimento mundial.

Na proposta oferecida ao governo, o consórcio liderado pela OEC cobra US\$ 3 bilhões para fazer o empreendimento. O valor que irá para a carteira da companhia, em caso de vitória na concorrência, é proporcional à participação da empresa no consórcio. E integra um pacote de mais de 15 propostas que a OEC fez a variados clientes no montante combinado de US\$ 2 bilhões - e para as quais aguarda resposta.

A hidrelétrica da Tanzânia, que fica no Leste da África e faz fronteira com o Quênia e Moçambique, é, de longe, o projeto mais relevante em valor.

Se vencer a disputa, a construção da hidrelétrica recolocará a OEC no rol de obras de grande vulto, após passar os últimos anos tentando repor o portfólio com contratos de quantias relativamente pequenas na comparação com essa ordem de grandeza.

"Estamos já em 2018 rompendo a barreira de US\$ 2,5 bilhões de reposição de carteira, é um grande impulso", disse ao **Valor** Carlos Hermann, diretor de engenharia da companhia.

Trata-se de uma obra similar ao projeto da hidrelétrica de Laúca, em Angola, empreendimento também tocado pela construtora brasileira. O reconhecimento territorial e a experiência prévia seriam diferenciais competitivos da OEC.

"É um contrato importantíssimo, estamos muito bem posicionados. É a barragem mais importante depois de Laúca. 'Encarteirando' esse contrato, vamos ter as principais barragens da África nesse período mais recente", afirmou Fábio Januário, presidente da OEC. Desde a revisão estratégica corporativa que a OEC realizou em 2017 com a consultoria McKinsey, houve uma unificação das divisões de infraestrutura e industrial.

"O ponto é que estamos avaliando países e mercados onde tradicionalmente não atuamos, por meio de verticais em que já temos vasta experiência, como as hidrelétricas", disse Hermann. Isso deriva justamente da revisão feita no ano passado para a OEC se reposicionar no mercado.

Enquanto aguarda o resultado da concorrência na Tanzânia, a OEC comemora um marco. Assinou nesta semana um contrato de R\$ 578,7 milhões com a estatal Furnas, subsidiária da Eletrobras, para ampliar a capacidade da termelétrica Santa Cruz, no Rio. Foi o primeiro grande contrato vencido pela

companhia em uma licitação pública no Brasil desde que a empresa foi envolvida na Lava-Jato.

Hoje, a OEC estuda US\$ 12 bilhões em projetos novos - sem contar os US\$ 2 bilhões em propostas já feitas. A estimativa é que haja uma taxa de conversão de um projeto em cada três. Potencialmente, portanto, a empresa deve repor o equivalente a US\$ 4 bilhões.

Mas como também há obras próximas do fim, a estimativa é fechar o ano com uma carteira ativa de US\$ 13,5 bilhões ante US\$ 13 bilhões em 2017. Confirmado, será o primeiro crescimento em três anos. Em dezembro de 2015, ano em que o então presidente da holding, Marcelo Odebrecht, foi preso pela Lava-Jato, a carteira da construtora foi de US\$ 28,1 bilhões. Um ano depois, caiu para US\$ 16 bilhões.

"Mais do que uma mudança de patamar da carteira de projetos, buscamos a sustentação dela. Estamos deixando de consumir carteira e equilibrando a nossa relação", disse Hermann.

Como já vem falando nas entrevistas, Januário reiterou que a OEC não competirá por obras com preços incompatíveis com a realidade só para cumprir uma estratégia de reposição de portfólio, tal qual algumas empreiteiras têm feito. "Não vamos trazer uma carteira desqualificada para nossa operação, que pode gerar passivos com clientes e até litígios. No fim do dia quem vai pagar somos todos nós como contribuintes", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Biosev recebe aporte da LDC e alonga dívida

A Biosev encerrou nesta quarta-feira a maior renegociação de dívida de sua história ao acertar o recebimento de US\$ 1,05 bilhão de sua controladora, a Louis Dreyfus Company (LDC). Com o aporte, a companhia cumpre uma condição precedente para garantir a redução do custo e o alongamento do prazo de pagamento de dívidas de R\$ 3,66 bilhões com 11 bancos (dos quais sete são estrangeiros), que venciam nos próximos anos.

A medida tem impacto imediato no balanço, com redução da alavancagem, e implica, num primeiro momento, aumento de participação da controladora na Biosev.

Com a renegociação com os bancos, a Biosev ganha três anos de carência para pagar o principal dessas dívidas. Os pagamentos serão realizados em duas vezes, a primeira metade na safra 2021/22 e a outra em 2022/23. O prolongamento dos prazos desafoga vencimentos que estavam concentrados principalmente na safra 2019/20, período para o qual estava previsto vencer dívidas de mais de R\$ 2 bilhões. Dessa forma, o prazo médio do endividamento bancário da companhia sobe de 2 anos para 3,5 anos, segundo Rui Chammas, presidente da Biosev.

Além disso, o custo desse endividamento renegociado passa a ser 1,5% menor. "Isso vai permitir menos gastos com juros e mais geração de caixa", afirmou. Ainda segundo o executivo, não houve mudanças nas garantias nem nos covenants (compromissos de métricas assumidas com os credores).

Do valor que a Dreyfus aportará na Biosev, US\$ 250 milhões irão reforçar o caixa da companhia. Os demais US\$ 800 milhões referiam-se a compromissos que a Biosev tinha junto à sua controladora para entregar açúcar (na forma de pré-pagamento de exportação) e que, agora, deixam de existir e tornam-se participação acionária.

O aporte da LDC reverte a atual situação de patrimônio líquido da Biosev, que no fim do último trimestre era negativo em R\$ 1,4 bilhão.

De imediato, o patrimônio líquido da Biosev crescerá R\$ 3,5 bilhões, mas a companhia abrirá um período para que os acionistas minoritários, que hoje representam 28% do capital da empresa, possam exercer o direito de subscrição de ações. Se todos os minoritários aderirem à subscrição, o patrimônio líquido da Biosev crescerá em R\$ 4,8 bilhões. Se nenhum aderir à subscrição, a LDC fica com 94% de fatia na sucroalcooleira.

Em reunião ontem, o conselho de administração da Biosev recomendou que o preço das ações a serem emitidas sejam de R\$ 4,32. O valor foi calculado com base no método de fluxo de caixa descontado, que considera a perspectiva futura de lucro, disse Chammas.

O executivo ressaltou que a renegociação integra a política que a companhia vem adotando desde a safra passada de reduzir seus custos e diminuir sua alavancagem, garantindo a "resiliência" do negócio mesmo em tempos de baixos preços do açúcar, como o atual. Ele afirmou que a empresa não está considerando neste momento nenhuma venda de ativos.

MME / ASCOM .